

**IC - Inquérito Civil n. 06.2019.00000484-8**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 10ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA, representada pelo Promotor de Justiça **Alvaro Pereira Oliveira Melo**, ora **CELEBRANTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal; no artigo 97 da Constituição Estadual; no artigo 25, inciso IV, da Lei n. 8.625/93; e no artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85; e

**QUÍMICA NOVA BRASIL LTDA**, ora **COMPROMISSÁRIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 16.803.266/0001-02, com sede na Rua Ari Zermiani, 2776, Itaipava, Itajaí/SC, neste ato representada por **Miguel Antônio Bertozzin**, inscrito no CPF sob n. 058.612.308-38, com endereço comercial na rua Ari Zermiani, 2776, Itaipava, Itajaí/SC, juntamente com a **Dra. Cláudia Marisa Kellner**, OAB/SC 12.057, firmam o presente:

**CONSIDERANDO** que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, disciplinada pela Lei Complementar n. 197/00, estabeleceu no art. 82, inciso XII, ser função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme art. 83, I, da mesma Lei;

**CONSIDERANDO** que o art. 225, *caput*, da Constituição Federal assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações;

**CONSIDERANDO** que meio ambiente é "*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga, e rege a vida em todas as suas formas*" (Lei n. 6.938/81, art. 3º, inciso I), e

que poluição é *"a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos"* (inciso III);

**CONSIDERANDO** que poluidor é a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, IV, da Lei n. 6.938/81);

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão aos infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/98);

**CONSIDERANDO** que segundo o art. 3º, III, "a" e "b" da Lei n. 6.938/81, poluição é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

**CONSIDERANDO** que segundo o artigo 3º, do Decreto Estadual 14.250/81, que regulamenta dispositivos da Lei n. 5.793/80, degradação da qualidade ambiental é a alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de energia ou substâncias sólidas, líquidas ou gasosas, ou a combinação de elementos produzidos por atividades humanas ou delas decorrentes, em níveis capazes de direta ou indiretamente prejudicar a saúde, a segurança e o bem estar da população, e criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;

**CONSIDERANDO** que o licenciamento ambiental, na lição de Paulo de Bessa Antunes, serve de limitador concreto para o exercício da atividade econômica que só será lícita se exercida nos limites da licença ambiental concedida na medida em que caracteriza-se como "atividade diretamente relacionada ao exercício de direitos constitucionalmente assegurados, tais como o direito de

propriedade e o direito de livre iniciativa econômica que deverão ser exercidos com respeito ao meio ambiente. Assim, indiscutivelmente, o Alvará de Licença Ambiental servirá de limitador concreto para o exercício da atividade econômica que somente será lícita se respeitados os limites da Licença Ambiental concedida". (*In*, Direito ambiental. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 191/192);

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, por meio do encaminhamento do Relatório de Fiscalização n. 211/2018 e AIA n. 9680-D, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, a notícia de que a empresa Química Brasil Ltda instalou equipamentos industriais, caldeira, torre de resfriamento, sistema de geração de frio e reservatório de água, bem como ampliou a área útil da empresa sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes;

**CONSIDERANDO** que a Compromissária já efetivou, na data de 23/10/2018, Requerimento de Ampliação da LAI, conforme documentos que juntou ao presente Inquérito Civil, tendo iniciado o processo de regularização da instalação de equipamentos industriais, caldeira, torre de resfriamento, sistema de geração de frio e reservatório de água, bem como da ampliação da área útil da empresa perante o Instituto do Meio Ambiente – IMA;

**RESOLVEM** celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA, com fulcro no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA 1ª** – A Compromissária compromete-se, tão logo expedida a licença ambiental de operação – LAO, a comprová-la nos presentes autos no prazo de 10 dias a partir de sua emissão;

**CLÁUSULA 2ª** – A Compromissária compromete-se a cumprir todas as condicionantes (gerais e específicas) exigidas pelo órgão ambiental para a regularização das atividades, o que deverá ser comprovado documentalmente nesta Curadoria no prazo de 12 meses após a expedição da licença, com relatório do órgão ambiental competente solicitado pela própria compromissária;

**CLÁUSULA 3ª** – A compromissária compromete-se a encaminhar a esta Promotoria de Justiça documentação comprobatória do cumprimento de todas

as cláusulas que envolvam obrigação de fazer, no prazo de 10 (dez) dias após o prazo assinalado para implementação pelo órgão ambiental;

**CLAUSULA 4ª** – A compromissária como medida de compensação indenizatória pela ausência do competente licenciamento ambiental, obriga-se ao pagamento de 15 salários mínimos ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados - FRBL - CNPJ: 76.276.849/0001-54, pagos mediante boleto bancário e em 15 parcelas mensais consecutivas, com vencimento em 30 dias a partir da assinatura do ajustamento de conduta;

**CLÁUSULA 5ª** – O descumprimento ou violação da Cláusula 1ª e 2ª deste Termo de Ajustamento de Conduta implicará, a título de cláusula penal, o pagamento de multa diária no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais), ou seja, com a constatação positiva do descumprimento, assim como qualquer descumprimento às condicionantes da licença a ser emitida pelo órgão ambiental competente até a sua regularização, e o descumprimento da cláusula 4ª no vencimento antecipado de toda a multa indenizatória, exigível com juros de 1% ao mês e correção monetária.

**Parágrafo 1º:** As multas dispostas serão recolhidas ao Fundo Estadual para Reconstituição de Bens Lesados, CNPJ: 76.276.849/0001-54., disciplinado pelo Decreto 1.047/87, valor a ser pago mediante boleto bancário a ser emitido por esta Promotoria de Justiça.

**Parágrafo 2º:** A não regularização das atividades perante o órgão ambiental competente, nos termos das instruções normativas que regem a atividade, ensejará o imediato requerimento judicial, mediante execução do presente título, de suspensão da atividade licenciável até que efetivada a adequação da empresa.

**CLÁUSULA 6ª:** O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra a Compromissária, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido.

**CLÁUSULA 7ª** – A comprovada inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

**CLÁUSULA 8ª** – As partes poderão rever o presente ajuste,

mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 9** – Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Itajaí, 25 de março de 2019

**GERUZA ISOTON**  
**Promotora de Justiça Substituta**

**Miguel Antônio Bertozzin**  
**QUÍMICA NOVA BRASIL LTDA**  
**Compromissária**

**Dra. Cláudia Marisa Kellner**  
**OAB/SC 12.057**